



República de Moçambique
Conselho Superior de Estatística

PLANO ESTRATÉGICO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
2013-2017

CONTEÚDO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS..... | 2 |
| PREFÁCIO..... | 3 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 1.1 Contexto Geral..... | 5 |
| 1.2 Processo de formulação do PE-SEN | 6 |
| 2. ANÁLISE SITUACIONAL DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL..... | 7 |
| 2.1 Estrutura organizacional do Sistema Estatístico Nacional | 8 |
| 2.2 Contribuição das estatísticas para planificação, monitoria e avaliação dos planos de desenvolvimento | 9 |
| 2.3 Progresso da actividade estatística durante o quinquénio 2008-2012..... | 11 |
| 2.4 Análise dos pontos fortes, oportunidades, fraquezas e ameaças..... | 13 |
| 2.5 Principais desafios | 15 |
| 3 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO do Sistema Estatístico Nacional 2013-2017..... | 16 |
| 3.1 Visão..... | 17 |
| 3.2 Missão | 17 |
| 3.3 Valores | 17 |
| 3.4 Temas..... | 18 |
| 3.5 Áreas de Intervenção | 18 |
| 4 ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO..... | 23 |
| 4.1 Mecanismos de implementação | 23 |
| A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS DE QUALIDADE | 25 |
| COORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS DE QUALIDADE | 27 |
| CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL SUSTENTÁVEL | 27 |
| PROMOÇÃO DUMA CULTURA ESTATÍSTICA DA SOCIEDADE | 30 |
| 4.2 Monitoria e Avaliação | 32 |
| 4.3 O Plano de Acção - Orçamentado | 36 |
| 5. Bibliografia..... | 37 |

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------|---|
| BM | Banco de Moçambique |
| CAP | Censo Agro Pecuário |
| CCAINE | Conselho Consultivo Alargado do INE |
| CRRINE | Conselho Consultivo Restrito do INE |
| CME0 | Curricula do Curso Médio de Estatísticas Oficiais |
| CSE | Conselho Superior de Estatística |
| DPINE | Delegação Provincial do Instituto Nacional de Estatística |
| ENE | Escola Nacional de Estatística |
| ESDEM | Estatísticas Sociais, Demográficas e Económicas de Moçambique |
| E-SISTAFE | Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado |
| FOFA | Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças |
| FNUAP | Fundo das Nações Unidas Para a População |
| FUE | Ficheiro de Unidades Estatísticas |
| HIV/SIDA | Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida |
| IAE's | Inquérito Anual às Empresas |
| ICCE | Índice de Confiança e Clima Económico das Empresas |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| IOF | Inquérito aos Orçamentos Familiares |
| IPC | Índice de Preços no Consumidor |
| NEPAD | Nova Parceria para o Desenvolvimento de África |
| ODINE | Órgãos Delegados do Instituto Nacional de Estatística |
| ODM | Objectivos de Desenvolvimento do Milénio |
| OGE | Orçamento Geral do Estado |
| PAAO | Plano Anual de Actividades e Orçamento |
| PARP | Plano de Acção para Redução a Pobreza |
| PES | Plano Económico e Social |
| PE-SEN | Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional |
| PIREP | Programa Integrado da Reforma de Educação Profissional |
| PQG | Plano Quinquenal do Governo |
| RGPH | Recenseamento Geral da População e Habitação |
| SADC | Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral |
| SEN | Sistema Estatístico Nacional |
| SHaSA | Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África |
| SIS | Sistema de Informação de Saúde |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| USAID | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional |

PREFÁCIO

O presente Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional é o documento principal, que descreve a visão, os objectivos e prioridades de desenvolvimento das estatísticas no horizonte 2013-2017. No essencial consolida as acções do Plano Estratégico 2008-2012, com enfoque na integração das bases de dados estatísticas e disseminação da informação produzida, convergindo para a assumpção de ter o Sistema Estatístico Nacional como principal referência para a produção de estatísticas oficiais, de qualidade e em tempo útil.

São definidas neste plano, as orientações para o desenvolvimento das estatísticas oficiais, agrupadas em quatro temas, nomeadamente: **Produção e disseminação de estatísticas de qualidade; Coordenação da produção de estatísticas de qualidade; Capacitação institucional sustentável e Promoção duma cultura estatística.** Para alcançar os resultados dos desafios propostos nos quatro temas, definem-se 16 áreas de intervenção sobre as quais serão direccionados os esforços para a sua operacionalização.

Os objectivos definidos em cada área de intervenção, reflectem a dinâmica das necessidades impostas pelos utilizadores e pela sociedade em geral no fornecimento atempado da informação estatística oficial fiável e com qualidade.

O PE-SEN 2013-2017, foi elaborado a partir da análise das recomendações da avaliação de meio-termo 2008-2012 e da auscultação feita aos principais produtores e utilizadores da informação estatística oficial, tomando em consideração normas e princípios de planificação específicas para o sector das estatísticas, nomeadamente: Plano de Acção para Redução da Pobreza 2011-2014; Programa Quinquenal do Governo 2010-2014; Visão e Estratégias da Nação; Carta Africana de Estatística; Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África; Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Nova Parceria para o Desenvolvimento de África; Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral; entre outros.

O Instituto Nacional de Estatística, agradece a todos os que tornaram possível a edição do Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional 2013-2017.

1.INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO GERAL

Moçambique tem registado avanços significativos no crescimento socioeconómico, embora os desafios no combate à pobreza e as suas causas ainda persistam¹.

Os desafios para combater a pobreza são vários e complexos, sendo o mais relevante a transformação da estrutura de produção e de produtividade económica e suas ligações, com enfoque no desenvolvimento económico e bem-estar das populações.

Esforços estão sendo envidados pelo Governo, Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação, para a monitoria e avaliação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP, 2011-2014) e melhoria da planificação nacional. Para a prossecução destes objectivos o fortalecimento do Sistema Estatístico Nacional (SEN), com vista a produzir estatísticas fiáveis, relevantes e em tempo oportuno, é de crucial importância.

Interligado com o PARP está o Plano Quinquenal do Governo que impõe desafios de actuação prioritária na produção estatística de nível sectorial, para os quais o SEN concorre.

No quadro geral do planeamento do Governo, o Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional (PE-SEN) enquadra-se nos instrumentos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Planificação, com uma visão de médio prazo e pretende reforçar a capacidade de produção estatística do SEN e antever as necessidades do utilizador.

O Plano Estratégico do SEN será concretizado respeitando, também os acordos regionais, continentais e internacionais, nomeadamente, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Carta Africana de Estatística, a Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA), a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) a Declaração dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), entre outros.

Será dada também enfoque aos aspectos que o Mundo hoje enfrenta, nomeadamente a globalização, a crise financeira mundial, o genocídio, a xenofobia, os desafios ambientais e catástrofes naturais, bem como os novos conceitos de emprego e educação, aos quais o

¹ III Avaliação da Pobreza (2008/09), Governo de Moçambique.

Sistema Estatístico Nacional terá que dar resposta com estatísticas de qualidade e atempadas, de forma a que os decisores políticos e investigadores possam tomar as decisões adequadas e em tempo oportuno.

1.2 Processo de formulação do PE-SEN

O processo de planificação estratégica do SEN remonta ao ano de 1997, altura em que foi elaborado o primeiro plano, designado por Linhas Gerais de Actividade Estatística Nacional. O mesmo tinha como principal objectivo produzir e difundir informação estatística oficial e atempada que respondesse às necessidades da planificação, gestão macroeconómica, financeira e dos utilizadores em geral.

Em 2002, foi elaborado o segundo Plano Estratégico para vigorar no quinquénio de 2003-2007. Este plano tinha como objectivo fundamental assegurar que a informação estatística fosse produzida para servir de guião na tomada de decisões políticas públicas e de negócios.

Posteriormente, foi elaborado o Plano Estratégico 2008-2012, cujo principal objectivo era a consolidação dos métodos de produção estatística, através de maior envolvimento dos produtores e ampliação da rede do SEN.

No quinquénio 2013-2017, o Plano Estratégico pretende consolidar a estratégia definida no quinquénio 2008-2012, nomeadamente fortalecer a capacidade de produção estatística ao nível das províncias, dos distritos e municípios, que respondam às necessidades de informação estatística no processo de governação e desenvolvimento local, para que o país tenha um Sistema Estatístico Nacional moderno e organizado, tendo em conta, por um lado, o novo paradigma definido pela Carta Africana de Estatística, baseado no envolvimento directo dos utilizadores e por outro, a nova base legal do SEN.

A formulação do PE-SEN 2013-2017 iniciou-se em 2010, com a avaliação de meio termo levada a cabo pela equipa de consultores externos (PARIS21, FNUAP e Banco Mundial). Posteriormente, em 2011, fez-se uma avaliação interna do progresso das actividades preconizadas no Plano Estratégico 2008-2012, tendo sido identificadas as acções relevantes a consolidar no PE-SEN 2013-2017. Este processo foi realizado em três etapas

nomeadamente, a fase de diagnóstico, a fase de busca de elementos de orientação e por último, a fase de validação.

Na primeira fase foram conduzidos diagnósticos aos principais produtores e utilizadores da informação estatística oficial.

Na segunda fase foram realizadas reuniões sectoriais de reflexão em torno dos novos desafios para PE-SEN 2013-2017, com intuito de obter a visão futura e os elementos chave orientadores da estratégia.

A terceira fase consistiu na consulta e validação do documento, tendo incluído a realização de seminários de harmonização com os diferentes intervenientes (INE, Banco de Moçambique, Órgãos Delegados do INE, Universidades, Associações Empresariais e outras instituições públicas e privadas).

Importa salientar que o processo adoptado para a elaboração do plano permitiu uma maior interacção, participação e consulta aos actores chave. Foram sensibilizados todos os membros do SEN sobre os objectivos da orientação estratégica através de seminários e reuniões sectoriais. De seguida, cada Direcção elaborou um plano de acção e o respectivo orçamento operacional.

Refere-se ainda, que as incorporações das melhorias ao documento foram realizadas durante todo o processo de elaboração. Assim, independentemente do estágio em que a formulação do plano se encontrasse, sempre que surgissem novos elementos considerados pertinentes, foram tomados em consideração. Esta abordagem permitiu uma ampla participação e apropriação do Plano Estratégico por todos os intervenientes.

2. ANÁLISE SITUACIONAL DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

2.1 Estrutura organizacional do Sistema Estatístico Nacional

As transformações económicas e sociais operadas no país desde 1992 criaram um novo cenário para a actualização da legislação estatística nacional então vigente. Foi nesse âmbito que em 1996 se criou o Sistema Estatístico Nacional (Lei nº7/96 de 5 de Julho) e o Instituto Nacional de Estatística (Decreto Presidencial nº9/96 de 28 de Agosto).

À luz da actual legislação, o conjunto de órgãos responsáveis pela actividade estatística oficial do Sistema Estatístico Nacional compreende designadamente: o Conselho Superior de Estatística (CSE), o Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População e Habitação (CCRGPH), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Banco de Moçambique (BM).

O Conselho Superior de Estatística é o órgão do Sistema Estatístico Nacional que superintende, orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional.

O Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População e Habitação é o órgão do Sistema Estatístico Nacional responsável pela direcção do processo de Recenseamento Geral da População e Habitação.

O Instituto Nacional de Estatística desempenha o papel de liderança e coordenação metodológica, como órgão executivo do Sistema Estatístico Nacional. Ao nível provincial, o INE tem 11 delegações e pontos focais de produção estatística nos 128 distritos rurais.

O Banco de Moçambique é o órgão que assegura a centralização e compilação das estatísticas monetárias e cambiais, que julgue necessárias à prossecução de uma política eficiente neste domínio. Foi também conferido ao BM o mandato, para a centralização e compilação das estatísticas da Balança de pagamentos e por conseguinte, o princípio da coordenação técnica e institucional para elaboração da balança de pagamentos.

O INE pode delegar competências, sob a sua exclusiva orientação técnica e metodológica a alguns Ministérios como Órgãos Delegados (ODINE), para recolha, produção e publicação das estatísticas oficiais do respectivo sector.

Actualmente, são Órgãos Delegados do INE, a Direcção de Economia do Ministério da Agricultura, a Direcção de Planificação e Cooperação do Ministério da Saúde, a Direcção de Planificação e Cooperação do Ministério da Educação, a Direcção de Planificação e Estatísticas do Ministério do Trabalho, a Direcção Nacional de Economia Pesqueira do Ministério das Pescas e a Direcção de Planificação Estatística e Cooperação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Para providenciar informação estatística oficial, o Sistema Estatístico Nacional interage com a universalidade de utilizadores da informação (o Governo, Ministérios, instituições de investigação, empresas, investidores, organismos internacionais e estudantes), de fornecedores de dados (os agregados familiares, empresas, estabelecimentos e Ministérios), bem como de parceiros de cooperação nacional e internacional (os Institutos de Estatística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Suécia, Itália, Noruega, Dinamarca, Portugal, Brasil, e ainda organizações como Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Agência de Cooperação Canadiana, Agência Norueguesa para o Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Institutos de Estatística da SADC, organismos das Nações Unidas, tais como UNICEF, FNUAP, entre outros).

Durante o quinquénio 2008-2012 iniciou-se o processo de revisão da base legal do Sistema Estatístico Nacional, que vigora desde 1996 e encontra-se actualmente para apreciação no Conselho Superior de Estatística e Conselho de Ministros para posterior aprovação na Assembleia da República. Neste sentido, o Plano Estratégico 2013-2017 será implementado ao abrigo da nova base legal do SEN.

2.2 Contribuição das estatísticas para planificação, monitoria e avaliação dos planos de desenvolvimento

Nos princípios fundamentais das estatísticas oficiais das Nações Unidas ², o princípio 1 refere que as estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável para a consolidação efectiva da democracia de um país, ou seja é fundamental a existência de informação estatística imparcial, com qualidade e disponibilizada atempadamente .

O Sistema Estatístico Nacional, na sua função de recolha, tratamento, análise e difusão da informação estatística³, tem vindo a desempenhar um papel importante para o desenvolvimento do país, pois as estatísticas têm sido utilizadas para a optimização de recursos económicos, aumento da qualidade e produtividade, na análise de decisões políticas, judiciais, para o sector de investimento e tantas outras áreas.

Nesta perspectiva, o Governo de Moçambique sempre assumiu o desafio de reduzir a pobreza como uma condição fundamental para a promoção do desenvolvimento humano. Este aspecto está consagrado no quadro de desenvolvimento nacional reflectido no Programa Quinquenal do Governo (PQG), no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) e na visão do país a longo prazo - a Agenda 2025. Assim, com vista a alcançar e poder medir os progressos dos planos e programas de desenvolvimento, o Governo Moçambicano tem-se apoiado nas estatísticas e outras infra-estruturas produzidas pelo SEN, das quais se destacam:

- Os indicadores macro-económicos tais como as Contas Nacionais e o Índice de Preços no Consumidor, que permitem aferir o nível de crescimento económico dos vários sectores de actividade;
- A Classificação das Actividades Económicas que garante uma análise comparada com o resto do Mundo;
- O Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 que contém informação muito diversa do país e permite criar projecções dos mesmos dados até 2040;

² Os princípios fundamentais das estatísticas oficiais, Nações Unidas, <<http://unstats.un.org/unsd/methods/statorg/FP-English.htm> >

³Lei N.º 7/96 de 5 de Julho, Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional

- O Inquérito aos Orçamentos Familiares, instrumento que permite analisar a evolução da pobreza nos últimos cinco anos;
- O Inquérito Multi-Objectivos contínuo que permite produzir informação integrada sobre diversos indicadores sócio-económicos em Moçambique, nomeadamente aferir níveis de emprego, desemprego e subemprego da população, trabalho infantil, bem como conhecer as características da população economicamente activa tais como: tipo de ocupação, ramo e sector de actividade, horas trabalhadas, rendimentos ligados às actividades económicas entre outras;
- O Censo Agro-pecuário que permite obter informação estatística actualizada sobre a estrutura agropecuária do país, onde 75% da população moçambicana, tem na actividade agrícola e pecuária a sua principal fonte de rendimento.

2.3 Progresso da actividade estatística durante o quinquénio 2008-2012

Durante o quinquénio 2008-2012, foram várias as acções levadas a cabo pelo Sistema Estatístico Nacional, as quais foram também objecto de uma avaliação externa em 2010, pelos consultores do Paris21, Fundo das Nações Unidas para a População e Banco Mundial, o que nos permite afirmar que do planificado no Plano Estratégico, foram atingidos com sucesso os seguintes resultados:

- Elaborados planos estratégicos sectoriais do desenvolvimento da estatística em alguns ODINE nomeadamente Agricultura, Ciência e Tecnologia, Educação, Saúde e Pescas;
- Realizado o Recenseamento Geral da População e Habitação 2007, bem como a actualização das projecções da população até 2040;
- Elaboradas e aprovadas as novas versões da Classificação de Actividades Económicas (CAE Rev2) e Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS Rev2) harmonizadas com as classificações internacionais;

- Elaborados os estudos temáticos baseados nos resultados do Censo 2007, em ligação com a Universidade Eduardo Mondlane;
- Lançada a base de dados de indicadores chave de estatísticas demográficas e sociais (ESDEM) na internet;
- Realizado o III Inquérito aos Orçamentos Familiares (III IOF);
- Realizado o Inquérito sobre as Causas de Mortalidade;
- Produzido o Índice de Preços no Consumidor, com base 100 em Dezembro de 2010 e cabaz de produtos e ponderadores revistos;
- Realizado o Censo Agro-pecuário 2009-2010, com utilização de tecnologia Entrevista Assistida por Computador (CAPI), transmissão dos dados via Internet e uso do GPS na medição das áreas;
- Iniciada a produção das Estatísticas Territoriais e actualizada a base de dados;
- Actualizada a mudança do ano base 2003 para 2009 nas Contas Nacionais e produzidas e disseminadas as Contas Trimestrais;
- Criado o Fundo Comum em 2008 e introduzido em 2009 o E-Sistafe na gestão de despesas;
- Criada a Escola Nacional de Estatística (ENE) e aprovados os curricula pelo Ministério da Educação do Curso Médio de Estatísticas Oficiais (CMEO), cujo primeiro ano lectivo iniciou em 2011;
- Ratificada a Carta Africana de Estatística, pelo Parlamento em 2011;
- Revista a base legal do Sistema Estatístico Nacional (Lei nr.7/96 de 5 de Julho), cuja implementação será efectuada no Plano Estratégico 2013-17;
- Disponibilizada mensalmente a taxa de inflação;
- Disponibilizado o Ficheiro de Unidades Estatísticas na internet;
- Produzidos os Índices de Actividade Económica;

- Produzidos os Indicadores de Confiança e Clima Económico das Empresas;
- Produzidos e disseminados os resultados das estatísticas económicas correntes;
- Produzidos e disseminados os resultados das estatísticas demográficas, vitais e sociais correntes.
- Realizado o Inquérito aos Agregados familiares de Pesca 2009 – 2011;
- Revisto o Plano Director de Estatística das Pescas 2012 – 2019;

Para o alcance dos resultados contribuíram também as Delegações Provinciais do INE e o envolvimento dos Órgãos Delegados. O destaque no papel das Delegações do INE vai para a resposta que tem sido dada ao desafio de criação de capacidade de produção estatística local para apoiar os serviços distritais neste processo.

2.4 Análise dos pontos fortes, oportunidades, fraquezas e ameaças

O cenário actual do SEN foi avaliado através duma análise interna (FOFA). Os aspectos constatados foram agrupados e sumarizados abaixo:

Forças

- A revisão da base legal do SEN;
- Crescente visibilidade do INE na sociedade ao nível nacional e internacional;
- Planificação baseada em resultados;
- Criação do subsistema de Estatísticas Territoriais;
- Existência da Escola Nacional de Estatística;
- Divulgação da informação estatística oficial via Serviço de Mensagens (SMS);
- Existência de infra-estrutura de rede que permite a comunicação *on line*;
- Existência de várias bases de dados como o especializado em Estatísticas Sociais, Demográficas e Económicas de Moçambique (*ESDEM*), a base de dados geral (*PC-AXIS*), a base de dados de agricultura (*COUNTRY STAT*) e os arquivos de micro-dados com padrões internacionalmente aceites e comparáveis;
- Existência da base de dados de Contas Nacionais (*NADABAS*);

- Existência da página *WEB*, publicações e outros dispositivos de comunicação com os utilizadores;
- Existência do Fundo Comum e do Comité de Parceria para sua coordenação;
- Existência de um sistema tecnológico que facilita o controlo de recursos materiais e do património em geral.

Fraquezas

- Baixa taxa de resposta aos inquéritos mensais;
- Fraco sistema interno de controlo de qualidade;
- Actualização não sistemática do Fichero de Unidades Estatísticas (FUE);
- Falta a implementação de um sistema consolidado de monitoria e avaliação;
- Deficiente implementação do plano das publicações;
- Escassez de módulos de treinamento sobre métodos de produção estatística para os técnicos do Sistema Estatístico Nacional;
- Inexistência de uma integração das bases de dados;
- Ausência de uma unidade efectiva de *marketing* para os serviços e produtos do Sistema Estatístico Nacional;
- Fraca cultura estatística;
- Multiplicidade de bases de dados não assente sobre uma plataforma comum ou arquitectura de informação.

Oportunidades

- Crescente procura de informação estatística;
- Necessidade de monitorar os programas de desenvolvimento socioeconómico do país;
- Possibilidade de realizar censos e inquéritos de forma faseada e combiná-los com dados administrativos;
- Existência do Sistema Nacional de Planificação;
- Possibilidade de alargar a cooperação com outras entidades dentro e fora do SEN;
- Crescente disponibilidade dos meios e tecnologias de comunicação.

Ameaças

- Fraca coordenação intersectorial;
- Sobrecarga dos respondentes;
- Rápida transformação tecnológica a nível global;
- Risco de perda de técnicos especializados devido ao mercado concorrente;
- Exiguidade dos fundos do Estado para o Fundo Comum;
- Dependência externa do orçamento adicional do INE ;
- Insustentabilidade do financiamento;
- Possibilidade de crise financeira internacional;
- Uso limitado de estatística para planificação local;
- Fraco conhecimento da lei do SEN em geral;
- Impactos negativos ligados ao HIV-SIDA.

2.5 Principais desafios

Os desafios generalizados impostos ao Sistema Estatístico Nacional manifestam-se no processo da recolha de dados primários, na planificação, na integração das bases de dados das operações estatísticas e na divulgação dos respectivos resultados.

Dos desafios actuais destacam-se:

- A consolidação da produção, análise e disseminação das estatísticas com recurso a novas tecnologias (dispositivos em formato ‘tablet’, ‘twitter’, ‘youtube’) e novas metodologias, a coordenação interinstitucional e apropriação de registos administrativos, assegurando a capacidade técnica e de recursos humanos nos órgãos locais;
- A adopção de soluções robustas de sistemas de tecnologias de informação e comunicação para recolher, partilhar, aceder e disseminar informação estatística, assente numa arquitectura de gestão de bases de dados e Internet;
- A actualização do sistema estatístico e a sua infra-estrutura, incluindo as classificações e normas nacionais e internacionais, os ficheiros de empresas, com realização do Recenseamento de Empresas em 2013, os agregados familiares e

respectivas bases de amostragem, bem como a publicação dos métodos e normas utilizados na produção das séries estatísticas;

- Um maior envolvimento dos utilizadores no SEN;
- O fortalecimento da gestão estratégica de comunicação, disseminação e advocacia para utilização da informação estatística oficial como ferramenta na formulação de políticas;
- A Consolidação da implementação de inquéritos Multi-Objectivos contínuos, que forneçam dados sobre vários indicadores sócioeconómicos determinantes para o desenvolvimento do país;
- A Realização do IV Recenseamento Geral da População e Habitação em 2017;
- Dotar o SEN de capacidade para desenvolver estatísticas de qualidade e atempadas, com vista a dar resposta às necessidades dos decisores políticos e investidores para que adoptem decisões adequadas e oportunas em relação a aspectos contemporâneos como a globalização, a crise financeira mundial, os genocídios, a xenofobia, os desafios ambientais e catástrofes naturais, bem como os novos conceitos de emprego e educação, entre outros;
- O fortalecimento no acompanhamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

3 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL 2013-2017

Através do diagnóstico realizado ao Sistema Estatístico Nacional, é sentimento comum dos órgãos do SEN, não obstante os resultados positivos atingidos durante o Plano Estratégico 2008-2012, continuar na mesma senda, para o complemento das premissas que são de vital importância para a consolidação do mesmo.

Grande parte dos desafios elencados para o quinquênio 2013-2017 constitui continuidade dos desafios do PE-SEN 2008-2012. A produção estatística continuará naturalmente a merecer atenção mas, dar-se-á um grande enfoque à integração das bases de dados estatísticas e disseminação da informação produzida, convergindo para a assumpção de ter o SEN, como principal referência para a produção de estatísticas oficiais, de qualidade e em tempo útil.

No essencial a VISÃO, a MISSÃO e os VALORES do PE-SEN 2008 - 2012 mantêm-se para o PE-SEN 2013-2017, admitindo a possibilidade de fazer alguns ajustes na formulação.

3.1 Visão

“Ser a principal referência estatística para o desenvolvimento nacional”

3.2 Missão

Responder em tempo oportuno às necessidades de informação dos utilizadores e promover a cultura estatística nacional

3.3 Valores

Resumem-se em UPS que significa:

Utilizadores

Satisfazer progressivamente as necessidades dos utilizadores de informação estatística, de qualidade, útil e em tempo oportuno. Os utilizadores são a única razão de existência e de ser do SEN. Esta orientação, para os utilizadores, torna imperativa a satisfação das necessidades de informação para a monitoria dos planos de desenvolvimento nacional, redução da pobreza, boa governação, desenvolvimento ambiental, informação com desagregação provincial, distrital, do género entre outras.

Profissionalismo

Promover, através da Escola Nacional de Estatística e não só, a qualificação, a responsabilização e valorização da capacidade e competência dos quadros de modo a que estes desempenhem o seu trabalho de modo independente, rigoroso e competente. Deste

modo, manter-se-á uma boa reputação das estatísticas, bem como dos seus órgãos produtores, face a novos desafios.

O profissionalismo dos quadros é um dos elementos que promove a independência profissional, imparcialidade, objectividade e relevância das estatísticas produzidas e disseminadas.

Sinergias

Criar um ambiente que favoreça a “participação de todos” utilizadores, fornecedores, produtores, facilitadores, agências de cooperação e desenvolvimento, sector público e privado, pessoas singulares, agregados familiares e população em geral, na produção, partilha e utilização de estatísticas, no presente e no futuro para o desenvolvimento nacional.

3.4 Temas

Para materializar a visão e missão do Sistema Estatístico Nacional, o plano estratégico tem os seguintes temas:

Tema 1: Produção e disseminação de estatísticas de qualidade

Tema 2: Coordenação da produção de estatísticas de qualidade

Tema 3: Capacitação institucional sustentável

Tema 4: Promoção duma cultura estatística

Os temas definidos reflectem a dinâmica das necessidades impostas pelos utilizadores e pela sociedade em geral, no fornecimento atempado da informação estatística oficial, fiável e com qualidade. Apresentam-se seguidamente de forma integrada, as áreas de intervenção subjacentes a cada tema.

3.5. Áreas de Intervenção

As áreas de intervenção listadas visam responder aos aspectos relevantes identificados na análise FOFA. Assim, o desenvolvimento das estatísticas para o quinquénio 2013-2017 assenta em dezasseis áreas de intervenção (A) agrupadas a partir dos quatro temas estratégicos (T), nomeadamente:

Tema 1: Produção e disseminação de estatísticas de qualidade

T1A1 - Informação estatística geral

T1A2 - Grandes operações estatísticas

T1A3 - Estatísticas económicas correntes

T1A4 - Estatísticas demográficas, vitais e sociais correntes

T1A5 - Estatísticas territoriais

Tema 2: Coordenação da produção de estatísticas de qualidade

T2A1 - Coordenação e Monitoria dos processos estatísticos do SEN

T2A2 - Planeamento, monitoria e avaliação e gestão de qualidade

Tema 3: Capacitação institucional sustentável

T3A1 - Recursos humanos

T3A2 - Tecnologias de Informação e Comunicação

T3A3 - Sistema de Informação Geográfica

T3A4 - *Helpdesk* e suporte técnico e estatístico

T3A5- Recursos financeiros e materiais

T3A6 - Escola Nacional de Estatística (ENE)

Tema 4: Promoção duma cultura estatística

T4A1 - Promoção da cultura e advocacia estatística

T4A2 - Quadro legal e institucional do SEN

T4A3 -Cooperação e Relações Internacionais

Cada área de intervenção está associado a um tema cuja materialização se traduz de forma resumida nas seguintes acções:

3.5.1. Produção e disseminação de Informação estatística geral (T1A1)

No âmbito da produção e disseminação da informação estatística geral pretende-se que sejam introduzidas plataformas que permitam, cada vez mais, uma maior gestão de processos de difusão e documentação, a facilidade de pesquisa, partilha e de acesso aos dados estatísticos.

3.5.2. Produção e disseminação de Grandes operações estatísticas (T1A2)

No que se refere às grandes operações estatísticas pretende-se assegurar a produção e disseminação em tempo oportuno dos indicadores relevantes para a monitoria e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional, com particular destaque para as metas dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, a realização de inquéritos multi-objectivos contínuo e o IV Recenseamento Geral da População e Habitação em 2017 (IV RGPH 2017).

3.5.3. Produção e disseminação de Estatísticas económicas correntes (T1A3)

Nesta área de intervenção, pretende-se assegurar e consolidar a produção e disseminação de estatísticas económicas de qualidade que respondam às necessidades dos utilizadores e permitam a formulação de políticas e acompanhamento dos principais desenvolvimentos económicos. Será também dado ênfase à produção de estatísticas que contribuam para dar resposta a assuntos relacionados com a globalização, nomeadamente as que se referem grupos de empresas transnacionais. No âmbito das estatísticas do ambiente procurar-se-á produzir estatísticas que possam dar resposta ou prever situações de calamidades e catástrofes naturais.

3.5.4. Produção e disseminação das Estatísticas demográficas, sociais e vitais correntes (T1A4)

No que concerne à produção e disseminação de estatísticas demográficas, vitais e sociais pretende-se desenvolver um perfil de indicadores sócio-demográficos do Sistema Estatístico Nacional, incluindo a sua ligação com o sistema de registo civil, capaz de servir como instrumento essencial para a formulação de políticas sociodemográficas no país. Será também dado ênfase à produção de estatísticas que contribuam para dar resposta a assuntos antisociais tais como, o genocídio e a xenofobia. Também os novos conceitos de emprego e educação serão considerados na produção estatística.

3.5.5. Produção e disseminação das Estatísticas territoriais (T1A5)

No que concerne a esta área de intervenção, pretende-se consolidar a produção de estatísticas que satisfaçam as necessidades atempadas de informação impostas para o

desenvolvimento local, fortalecendo o papel das delegações provinciais do INE e assegurando a institucionalização da Estatística no Distrito.

3.5.6. Monitoria dos processos estatísticos do SEN (T2A1)

Esta área de intervenção visa facilitar, harmonizar e simplificar a recolha de dados estatísticos e reduzir a carga sobre os respondentes promovendo a melhoria da análise estatística. Visa também coordenar, elaborar e aprovar normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições uniformes de aplicação imperativa por todos os órgãos produtores de estatísticas oficiais, de modo a garantir a harmonização, integração e comparabilidade das estatísticas produzidas. Pretende-se também passar a certificar as operações estatísticas a realizar por todos os produtores de estatísticas oficiais e outras entidades que produzem estatísticas para a tomada de decisões.

3.5.7. Planeamento, monitoria e avaliação e gestão de qualidade (T2A2)

No âmbito da área do planeamento, monitoria e avaliação, pretende-se assegurar um sistema eficiente de gestão, planificação, monitoria e avaliação do SEN. Pretende-se também durante este quinquénio desenvolver e implementar o Manual de Qualidade.

3.5.8. Recursos humanos (T3A1)

Com a gestão e desenvolvimento dos recursos humanos pretende-se assegurar o estabelecimento de um quadro de recursos humanos do Sistema Estatístico Nacional, com motivação e competências técnicas adequadas para o desenvolvimento das estatísticas. Para o efeito, constituirá vantagem competitiva, recursos humanos competentes, comprometidos com os objectivos e metas estratégicas e orientados para as necessidades dos clientes.

3.5.9. Tecnologias de Informação e Comunicação (T3A2)

Esta área de intervenção visa aperfeiçoar e manter um sistema robusto de tecnologia informática para recolher, partilhar, aceder e disseminar informação estatística, assente numa arquitectura de gestão de bases de dados e *Web*.

3.5.10. Sistema de Informação Geográfica (T3A3)

Esta área pretende assegurar a recolha, processamento, análise e divulgação da informação espacial georreferenciada ao nível mais detalhado da estrutura da divisão administrativa do país e fazer uma representação da informação estatística das operações aos agregados familiares, empresas, infraestruturas, etc. ,através de mapas e gráficos de forma a facilitar a interpretação de fenómenos descritos ou quantificados nas bases de dados.

3.5.11. Helpdesk e suporte técnico e estatístico (T3A4)

Esta área de intervenção visa desenvolver e manter os conhecimentos obtidos e a memória institucional.

3.5.12. Recursos financeiros e materiais (T3A5)

Esta área de intervenção visa manter um quadro de recursos financeiros e materiais necessários à realização da visão e missão do SEN, bem como criar mecanismos que tornem descentralizado o orçamento de projectos, dado que é nas Delegações Provinciais que ocorre a recolha de informação estatística e conseqüente pagamento de despesas via directa de acordo com a exigência do SISTAFE.

3.5.13. Escola Nacional de Estatística (ENE) (T3A6)

Com esta área de intervenção, pretende-se desenvolver um sistema moderno de Ensino Técnico Profissional baseado em padrões de competência em estatística e áreas afins. Pretende-se também assegurar uma actualização permanente das capacidades técnicas do pessoal do SEN .

3.5.14. Promoção da cultura estatística (T4A1)

No âmbito da promoção da cultura estatística, pretende-se elevar o nível de conhecimento, e consciência estatística. A utilização das estatísticas oficiais deve ser incentivada, através de canais existentes, tais como jornalistas, estudantes, empresas, associações profissionais. Pretende-se igualmente orientar uma divulgação ampla da nova base legal do SEN.

3.5.15. Quadro legal e institucional do SEN (T4A2)

No âmbito da revisão da legislação do SEN e áreas afins, pretende-se implementar e consolidar o quadro legal em concordância com as reformas do sector público em curso no país e com outros instrumentos de índole internacional, assegurando o estabelecimento normativo institucional e de competências técnicas adequadas ao desenvolvimento das estatísticas.

3.5.16. Cooperação e Relações Internacionais (T4A3)

O objectivo desta área de intervenção é de prestar assessoria aos assuntos de relações internacionais definindo e consolidando estratégias de cooperação bilaterais e multilaterais com parceiros regionais e internacionais (promoção de novos acordos e acompanhamento de acordos e memorandos de cooperação existentes), bem como promover a imagem do INE e do SEN ao nível nacional e internacional. Pretende-se igualmente garantir a divulgação da informação estatística nos eventos nacionais e internacionais, criar mecanismos de divulgação de informação estatística nos órgãos de comunicação social e assegurar a implementação das decisões internacionais ao nível estatístico.

4 ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

4.1 Mecanismos de implementação

A responsabilidade pela implementação do Plano Estratégico recai sobre a Presidência do INE, tendo esta uma 'troika' que se ocupa dos assuntos correntes da gestão do plano estratégico. Esta troika é composta pelos directores da Direcção de Integração, Coordenação e Relações Externas (DICRE) e Direcção de Administração e Recursos Humanos (DARH) e o Chefe do Gabinete do Presidente do INE.

O Director da DICRE tem a responsabilidade de coordenar os planos e respectivos relatórios anuais e infra-aneais do Sistema Estatístico Nacional e secretariar o Conselho Superior de Estatística. O Director da DARH tem a responsabilidade de gerir os recursos financeiros, materiais e humanos necessários para a execução dos planos anuais do INE. Cabe ao chefe do Gabinete do Presidente agir como elo de ligação entre os parceiros de cooperação e outros intervenientes externos.

O Cenário Fiscal é um instrumento operacional que constitui o primeiro passo para a operacionalização do plano de acção emanado do Plano Estratégico. Este é submetido em Maio de determinado ano ao Ministério de Planificação e Desenvolvimento e é relativo aos três anos seguintes, indicando a contribuição do Governo para o financiamento das actividades (projectos), cuja actualização é anual.

O segundo passo conta com a elaboração do Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO) que é o instrumento de gestão operacional, no qual são operacionalizados os Temas do PE-SEN, de acordo com o plano de acção estabelecido. O PAAO inclui todas as actividades previstas para o ano corrente e os resultados esperados, indicando claramente os objectivos estratégicos que inspiraram a sua elaboração e os respectivos objectivos operacionais, estando devidamente escalonadas as suas prioridades.

O terceiro passo consiste em elaborar os planos infra-aneais que têm no horizonte temporal, um período inferior a um ano e têm um grau de detalhe ao nível de Instituição, Direcção, Departamento, Repartição e Individual. O perfil dos planos infra-aneais é estabelecido num cronograma de actividades.

Os cronogramas são flexíveis podendo assumir características específicas de acordo com os objectivos da sua elaboração. Contudo, para que haja uniformidade na caracterização, não podem ser omissos os seguintes aspectos: Alinhamento com o PAAO, PES, OGE; Descrição

do Resultado/ Actividade; Descrição do Indicador/ meio de Verificação; Prazo de execução e Responsável.

4.1.1 Factores críticos de sucesso na implementação

A implementação do Plano Estratégico do SEN conta com vários factores de sucesso, entre os quais se destacam:

A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS DE QUALIDADE

Produção e disseminação de estatísticas económicas, demográficas, vitais e sociais

A produção de estatísticas de qualidade está patente em todas as componentes deste Plano Estratégico. Os resultados das actividades do SEN devem ser credíveis. Para tal deve existir um respeito rigoroso dos padrões na recolha de dados, respectivos métodos de processamento e resultados derivados. Adicionalmente, deve-se imprimir no pessoal o espírito de altos padrões de qualidade. O que é produzido é o resultado de ‘inputs’ e métodos de alta qualidade, constantemente controlados e reforçados. Um factor crítico na produção de estatísticas de qualidade é a tendência para redução da taxa de respostas nas operações estatísticas correntes. Aspectos como a integração das estatísticas agrárias, estatísticas de pescas e estatísticas de inovação e desenvolvimento são contemplados neste área. Também a introdução de novos conceitos sobre emprego decente e educação formal e informal serão objecto de apropriação durante este quinquénio.

Produção e disseminação de estatísticas territoriais

As Estatísticas territoriais são uma área nova dentro do SEN, que visa disponibilizar informação com desagregação a níveis abaixo da província. Este é um grande desafio que deve envolver todos os sectores produtores de estatísticas oficiais e os utilizadores.

De acordo com o diagnóstico feito, que teve por base o quadro de avaliação de qualidade de dados e de processos estatísticos, assim como a Carta Africana de Estatística que foi assinada pelos Chefes de Estado africanos, existe uma necessidade de se criar as condições

de base para que as estatísticas produzidas reflectam o desempenho e o desenvolvimento real das instituições, dos locais e do país no geral.

O SEN assumiu o compromisso de continuar um trabalho sólido e sustentável para a produção de estatísticas ao nível do distrito. Este trabalho deve apoiar-se na capacidade técnica e de gestão em todos os níveis, com necessidade de uma formação sustentada e um programa de desenvolvimento profissional que deve estar relacionado com os processos de supervisão.

Também, é necessário reforçar a coordenação no processo de planificação entre o INE, os Órgãos Delegados e as Secretarias Distritais. O trabalho de desenvolvimento do sistema requer um orçamento adequado dentro do INE, mas também uma apreciação do orçamento e recursos disponíveis noutras instituições, particularmente nas administrações distritais.

Género

Para a implementação do PEST 2013-2017, é também crucial a abordagem de género na produção e análise de dados estatísticos, permitindo a medição da participação e envolvimento da mulher e do homem nas acções de desenvolvimento socioeconómico do País.

Ambiente

Com a aprovação em 2007 da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (EADS-Moç), a aprovação do Plano de Acção de Adaptação às Mudanças Climáticas e do Controlo e Combate à Erosão de Solos e Queimadas Descontroladas, assim como, a conclusão do Inventário Florestal Nacional, a criação da Unidade do Meio Ambiente e elaboração da Estratégia para a Gestão Ambiental no sector de Energia, a incorporação da componente ambiental nos planos de actividades de outros sectores governamentais, como a Agricultura, Obras Públicas a Habitação, Saúde, Turismo, Pescas, Energia e Indústria entre outros, constituem dados importantes na materialização da meta de integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas, na inversão da perda dos recursos naturais e redução da biodiversidade.

Para que exista um desenvolvimento ambiental sustentável em Moçambique é fundamental que se disponibilizem de forma regular os principais indicadores sobre Estatísticas do Ambiente. Esta actividade é parte integrante do Plano de acção deste PEN-SEN.

Harmonização e consolidação do Sistema Estatístico Nacional

O Sistema Estatístico Nacional é constituído por várias componentes que contribuem para os resultados finais e o seu número e exigência cresce ano após ano. O aumento do uso de fontes administrativas, nomeadamente fiscal, contabilística, aduaneira, de registo civil, entre outras, para a produção estatística aumenta a complexidade dos processos, embora dê novas possibilidades de melhorar a cobertura estatística, sem aumentar proporcionalmente os custos. Para que este sistema funcione é necessário harmonização entre os produtores e um elevado conhecimento sobre as exigências dos utilizadores.

Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Para o desenvolvimento dos recursos humanos, o SEN deve apoiar-se na Escola Nacional de Estatística e nos técnicos aqui formados.

Além da escola, o INE tem colaborado também com universidades nacionais para a criação de um programa curricular estatístico e uma formação que responda às necessidades de força de trabalho profissional e de gestão no SEN. Serão igualmente desenvolvidos programas regulares de reciclagem, para que a rotação de pessoal não seja um problema no SEN.

O SEN continua a apostar no seu capital humano, através da formação académica e profissional, elaborando para tal planos de desenvolvimento dos recursos humanos onde a prioridade é a formação profissional contínua e integrada, direccionada para área específica de trabalho.

O SEN deve desenvolver uma estratégia de recursos humanos que valorize e motive o pessoal técnico estatístico e informático, de forma a retê-los e mantê-los ao serviço do SEN.

HIV-SIDA

Na componente HIV/SIDA, por meio de indicadores demográficos e de saúde relevantes, o SEN terá a perspectiva de auxiliar no processo de planificação de intervenções para reduzir as novas infecções. As metas e os processos de monitoria e avaliação subjacentes, assim como os dados disponíveis⁴ serão uma mais-valia para avaliar o impacto da Estratégia Nacional de resposta à SIDA.

Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação

O processamento de dados tem que ser reforçado, através dum investimento nas Tecnologias de Informação, processamento de dados e disseminação para reduzir os atrasos na divulgação da informação estatística, com publicação de meta dados de forma sistematizada.

Existe também uma necessidade de racionalizar os sistemas de bases de dados e a multiplicidade de *software*.

Conceber uma arquitectura de informação baseada no 'Generic Statistical Business Process Model' e que contemple arquitectura de dados, requisitos de informação, soluções de arquitectura de informação assim como arquitectura tecnológica, aplicacional e de segurança.

Sistemas de Informação Geográficas (SIG)

Apesar da diversidade e riqueza de dados que o INE possui, os mesmos não se encontram organizados na mesma base de dados e nem estão disponíveis para todos os utilizadores, pelo que, para uma maior eficácia do trabalho a desenvolver e uma maior capacidade de análise, deve proceder-se à organização de toda a informação numa base de dados que possa ser partilhada pelos vários utilizadores ultrapassando, assim, dificuldades de acesso internas.

⁴ Impacto Demográfico de HIV/SIDA 2008

O SIG está implantado e encontra-se em funcionamento, contudo, a sua implementação foi ad-hoc, portanto, não obedeceu a uma metodologia coerente pelo que, para o seu melhor desenvolvimento, é conveniente que se aplique as técnicas para modelação duma base de dados espacial, na qual envolve procedimentos de concepção, desenho lógico e físico.

O SIG no INE possui poucos técnicos com conhecimentos no uso desta ferramenta. Esta capacidade limitada impede que a instituição responda à actual procura deste tipo de informação. Neste sentido, a formação dos técnicos e outros membros da instituição é um aspecto fundamental a ter em conta no plano estratégico.

A informação recolhida através dos SIG está em constante actualização e é imperioso criar um mecanismo de criação de capacidades de modo a responder em tempo oportuno à necessidade constante de dados com informação georreferenciada.

Do que já foi dito, é fácil concluir que o INE tem necessidade de implementar o desenvolvimento do SIG de modo a conseguir gerir e organizar todo o sistema de produção de informação desejada. Este sistema de informação melhorará, sem dúvida, a qualidade do serviço com base nos benefícios de eficácia e eficiência. A gestão ao nível de tomada de decisão tornar-se-á mais apoiada e fundamentada.

Gestão dos recursos financeiros e materiais

Será desenvolvido o Plano de Actividades Anual e Orçamento (PAAO), que seguirá as linhas de orientação definidas no Plano Estratégico. O PAAO do SEN é elaborado em conjunto com todos os órgãos do Sistema e harmonizado com o ciclo de planificação anual do SEN e contempla critérios e indicadores necessários para uma avaliação anual da implementação, de forma a permitir o acompanhamento da execução do Plano Estratégico.

O grupo dos parceiros prestou uma assistência valiosa durante o período de implementação de PE-SEN 2008-2012. Assim, o INE, em colaboração com os Parceiros de Cooperação, vai continuar a melhorar os sistemas e mecanismos de colaboração e gestão.

O SISTAFE e a sua parte electrónica de execução, o e-SISTAFE, os mecanismos de fiscalização, transparência e prestação de contas por parte do Governo e dos Financiadores já estão sendo implementados pelo INE com vista a melhorar a execução financeira.

O governo de Moçambique deverá continuar a financiar as actividades de produção estatística, garantindo o pagamento dos salários dos funcionários contratados do quadro e fora do quadro. Deverá também garantir o pagamento de todas as despesas correntes, nomeadamente o pagamento das despesas de água, electricidade e funcionamento.

Escola Nacional de Estatística

A Escola Nacional de Estatística (ENE) constitui um recurso do SEN que deve ser aproveitado em todas as vertentes da formação, nomeadamente formação interna e externa e formação de curta e longa duração. É de salientar que a ENE, também visa responder a necessidades de formação ao nível da região, tendo em conta a Estratégia de Harmonização da estatística em África (SHASA).

Em 2008 foi criada a ENE e em 2011, foram aprovados os currícula pelo Ministério da Educação, do Curso Médio de Estatísticas Oficiais (CMEO), cujo primeiro ano lectivo teve início em Agosto de 2011. Constitui grande desafio para a Escola, a conversão do Curso Médio de Estatísticas Oficiais para o modelo do Programa Integrado da Reforma de Educação Profissional (PIREP), bem como a sua graduação para o curso superior.

As infra-estruturas adequadas, e recursos humanos devidamente capacitados, também constituem um grande desafio. É de notar que o estabelecimento da ligação entre a ENE e as universidades que oferecem cursos de estatística e áreas afins traduz-se num espaço para integração de outras instituições de investigação e deve ser encorajado.

Uso das estatísticas oficiais

Embora o foco principal do SEN esteja na produção estatística de qualidade, o sucesso não será atingido se os resultados do trabalho não forem divulgados e utilizados. Portanto, a promoção duma cultura estatística, a literacia estatística e a tomada de decisões baseadas em estatísticas oficiais de qualidade torna-se imprescindível.

Implementação da nova Base Legal do SEN

A composição do Conselho Superior de Estatística assume especial importância, tendo sido alargada, considerando que deve existir uma representação adequada dos produtores e utilizadores das estatísticas oficiais.

Relativamente à natureza e estatuto do INE, o 3º manual da ONU recomenda que exista uma clara diferenciação quer do organismo de estatística, quer do “Chefe das Estatísticas Oficiais” face aos restantes dirigentes e organismos da Administração Pública. Deste modo, importa publicitar a natureza do INE como entidade tecnicamente independente, bem como o estatuto da Presidência do INE, nomeadamente, publicando o seu estatuto e mandato.

O ajustamento do regime sancionatório decorre da constatação de dificuldades formais na sua aplicação, tendo conseqüentemente efeitos imediatos na taxa de resposta aos inquéritos e na qualidade das estatísticas produzidas.

Desta forma, para que a nova base legal sirva como factor crítico de sucesso para o Plano Estratégico 2013-2017, o Sistema Estatístico Nacional dará particular atenção aos seguintes aspectos:

- Lei do SEN aprovada pela Assembleia da República e publicada;
- Regulamento da Lei do SEN aprovado e publicado
- Estatuto Orgânico do INE e seu Regulamento revistos, aprovados e publicados;
- Estatuto e respectivo regulamento das Delegações Provinciais do INE aprovado;
- Contencioso estatístico aprovado e montado o seu sistema informático;
- Regulamento das Direcções dos Serviços Centrais;
- Divulgação de todos os instrumentais jurídicos revistos e aprovados.

Cooperação e Relações Internacionais

O SEN consolidará a cooperação com as instituições da comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), assim como das Agências especializadas do Sistema das Nações Unidas.

O estabelecimento e alargamento de acordos de parceria com diferentes tipos de parceiros de cooperação nomeadamente com os países Escandinavos (a Suécia, a Noruega e a Dinamarca), o Banco Mundial, a União Europeia, a USAID, UNICEF, FNUAP, a Cooperação Italiana, a Cooperação Alemã, a Cooperação Canadiana e a Cooperação Portuguesa entre outros deverá constituir a base de apoio para a assistência técnica e financeira.

Espera-se consolidar o mecanismo de gestão de financiamento externo, o Fundo Comum, para uma implementação efectiva do Plano Estratégico 2013-2017.

A cooperação com instituições congéneres a nível regional e internacional remete-nos ao reforço e consolidação da capacidade do SEN em termos de sustentabilidade e desenvolvimento dos programas estatísticos a longo e médio prazo, dando-se ênfase à componente da formação técnico-profissional de quadros, transferência e desenvolvimento de conhecimento, ao mesmo tempo em que há especialização das competências do pessoal de forma a construir capacidade de produção e uso de dados estatísticos.

4.2 Monitoria e Avaliação

A Estratégia de Monitoria e Avaliação do PE-SEN tem por função principal fornecer informações relevantes para os gestores do INE, órgãos do SEN e parceiros de cooperação. É um instrumento para controlar a eficácia e eficiência e, para apreciar os resultados e impacto da implementação de PE-SEN 2013-2017.

Sendo parte integrante do ciclo da planificação, a monitoria e avaliação cria capacidade de prestação de contas para assegurar o cumprimento das metas, objectivos e acções estratégicas, para melhorar o uso das estatísticas no país pelos diferentes actores.

A estratégia de monitoria e avaliação do PE-SEN 2013-2017 assenta sobre os seguintes princípios fundamentais:

- Alinhamento ao Balanço do Plano Económico e Social (BdPES);
- Avaliação dos indicadores de desempenho definidos em linha com os objectivos e acções estratégicas, diferenciando-se em **indicadores de resultado**, que avaliam o alcance dos objectivos estratégicos e **indicadores de produto** medindo o grau de cumprimento das actividades realizadas;
- Combinação da monitoria qualitativa, sob a forma de um inquérito à capacidade institucional, seguindo o modelo da Comissão das Nações Unidas para África, que permite calcular o Índice de Desenvolvimento da Estatística Africana e quantitativa sob forma de indicadores de desempenho e inquéritos de satisfação aos utilizadores e colaboradores.
- Abordagem dinâmica, ou seja efectuar a identificação dos problemas e propor novas soluções, utilizando o processo de monitoria como mecanismo de ajuda à revisão, mantendo os objectivos estratégicos definidos para o quinquénio;

Na abordagem participativa do processo de Monitoria e Avaliação serão utilizados os seguintes fora :

- Conselho Superior de Estatística (CSE);
- Comité de Parceria do Fundo Comum (CP);
- Conselho Consultivo Alargado (CCAINE);
- Conselho Consultivo Restrito do INE (CCRINE)

Para monitoria e avaliação do Plano Estratégico serão utilizados as seguintes estratégias abaixo mencionados.

Monitoria e avaliação do CSE

No nível superior o Sistema Estatístico Nacional tem o seu Conselho Superior de Estatística que reunirá pelo menos duas vezes por ano com a competência de aprovar o relatório anual do ano anterior, o Plano Anual de Actividades e Orçamento, PAAO, para o ano seguinte e outros documentos metodológicos.

Monitoria e avaliação de Comité de Parceria

Os parceiros do INE, através do Fundo Comum terão um papel similar nas reuniões do Comité de Parceria, que reúne três vezes por ano com a competência de analisar e dar comentários sobre o progresso trimestral e anual de execução de actividades e financeira do PAAO do ano em curso e para o ano seguinte. Entre as reuniões formais do Comité de Parceria há reuniões intercalares de carácter técnico sobre qualquer assunto relacionado com a implementação do Plano Estratégico.

Monitoria e avaliação no INE

Conselho consultivo restrito do INE

Mensalmente será realizado um encontro do Conselho Consultivo Restrito do INE (CCRINE) para apresentação dos seguintes instrumentos de monitoria:

- O relatório de actividades do mês anterior;
- A execução orçamental actual, bem como o plano de tesouraria para o mês seguinte.

Para assegurar a coordenação interna bem como a preparação do CCRINE, os directores têm também um encontro interno mensalmente.

Conselho consultivo alargado do INE

Anualmente a Presidência do INE, os Directores, Delegados do INE, consultores permanentes, representante do Banco de Moçambique, Órgãos Delegados, representante dos Parceiros de Cooperação e outros convidados reúnem –se para apresentação dos seguintes instrumentos de monitoria:

- O relatório de actividades e execução orçamental do ano anterior;

- O plano de actividades e orçamento para o ano corrente;
- Outras matérias consideradas relevantes.

Monitoria e avaliação intercalar

O Plano estratégico será objecto de uma avaliação interna e externa intercalar em 2015. Embora, o Plano Estratégico tenha um horizonte temporal de cinco anos, haverá necessidade de ajustamentos pelo Conselho Superior de Estatística (previamente discutidos no Comité de Parceria) ao longo da sua execução. As propostas de ajustamento podem ter origem em qualquer um dos fora acima mencionados.

Indicadores de avaliação

Indicadores de capacidade institucional:

I1- Organização e coordenação do Sistema Estatístico Nacional;

I2 – Infra-estrutura estatística;

I3-Disseminação de dados;

I4-Desenvolvimento dos recursos humanos;

I5- Financiamento.

Estes indicadores serão calculados de acordo com a metodologia do Índice de Desenvolvimento da Estatística Africana(ASDI), que pode ser objecto de revisão anual.

Indicadores de resultados:

I6- Índice de satisfação dos clientes (produtos e serviços). Este indicador é determinado com base num inquérito de satisfação a realizar anualmente aos clientes;

I7- Índice de satisfação dos colaboradores. Este indicador é determinado com base num inquérito de satisfação a realizar anualmente aos colaboradores;

I8 -Porcentagem de desvio entre a data de divulgação real da informação e a data prevista

I9- Taxa de respostas das operações estatísticas;

I10- Número de operações estatísticas assentes em bases de dados;

I11- Grau de implementação da Carta Africana de Estatística;

I12 -Número de áreas geográficas com IPC publicados;

I13 -Percentagem das publicações divulgadas até ao nível do distrito.

Os inquéritos e metodologias de cálculo para obtenção dos indicadores farão parte integrante do Manual de Qualidade.

4.3 O Plano de Acção - Orçamentado

Anexo 1

Resumo, compilação do orçamento e definição dos programas a serem implementadas no quinquénio.

5. Bibliografia

African Development Bank (2011), Country Statistical Profile: Mozambique, 2010-2012

African Union Commission, UN Economic Commission for Africa (2010), Tracking Progress towards Statistical Capacity Building Efforts: The African Statistical Development Index, Guidelines for the codification of questionnaires, Julho 2010

African Union Commission, UN Economic Commission for Africa, African Development Bank (2011), Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa – ShaSA

Banco Mundial, Paris21, Fundo das Nações Unidas para a população (2010), Revisão de Meio -Termo do PE-SEN 2008-2012

Governo de Moçambique (2011), Plano de Acção para Redução da Pobreza – PARP 2011-2014

Governo de Moçambique (2011), Plano de Acção para Redução da Pobreza) (PARP)

Instituto Nacional de Estatística (2010), FOFA, PEST 2008 -2012

Instituto Nacional de Estatística (2010), Manual de Qualidade do Sistema Estatístico Nacional (2010, rev. 17 Nov. 2011)

Nações Unidas (1990), Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

PARIS21, AfDB & Intersect (2007), Guião para o desenho de Estratégias Nacionais para o Desenvolvimento da Estatística

República de Moçambique (2010), Plano Quinquenal do Governo, PQG 2010 – 2014

Sistema Estatístico Nacional (2007), Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional 2008-2012

União Africana (2009), Carta Africana de Estatística